

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 105.080 - AL (2018/0295539-9)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
RECORRENTE : RODOLFO MARQUES DO NASCIMENTO (PRESO)
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE ALAGOAS
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE ALAGOAS

DECISÃO

Cuida-se de recurso ordinário em *habeas corpus* interposto por RODOLFO MARQUES DO NASCIMENTO, contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Alagoas no julgamento do HC n. 0800085-92.2018.8.02.0000.

Extrai-se dos autos que em 30/11/2017, o recorrente foi preso em flagrante pela suposta prática do delito tipificado no art. 33, c/c art. 40, inciso VI, da Lei n. 11.343/06 (tráfico de entorpecentes com envolvimento de menor). Referida custódia foi convertida em preventiva.

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, o qual denegou a ordem nos termos do acórdão que restou assim ementado, *in verbis*:

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. ALEGAÇÃO DE AUSÊNCIA DE REQUISITOS E DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A PRISÃO PREVENTIVA. NECESSIDADE DE GARANTIR A ORDEM PÚBLICA E ASSEGURAR APLICAÇÃO DA LEI PENAL. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. IMPOSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO. MANUTENÇÃO DA MEDIDA RESTRITIVA DE LIBERDADE. ORDEM DENEGADA. UNÂNIME. (fl. 160).

No presente recurso, alega ausência dos requisitos autorizadores da custódia cautelar previstos no art. 312 do Código de Processo Penal – CPP, de modo que a custódia cautelar não estaria suficientemente justificada, pois pautada exclusivamente na gravidade abstrata do delito.

Ressalta suas condições pessoais favoráveis.

Requer, assim, a revogação da prisão preventiva, ainda que mediante a aplicação de medidas alternativas.

O Ministério Público opinou pelo desprovimento do reclamo (fls. 194/197).

Superior Tribunal de Justiça

É o relatório.

Decido.

A análise do presente recurso ordinário está prejudicada.

Isso ocorre porque, de acordo com as informações colhidas na página eletrônica do Tribunal de origem, verificou-se que a Ação Penal n. 0701390-75.2017.8.02.0053 transitou em julgado.

Desse modo, constata-se a perda superveniente do objeto do presente recurso, considerando que a prisão do recorrente passou a decorrer do cumprimento de pena definitiva.

Pelo exposto, julgo prejudicado o presente recurso ordinário em *habeas corpus*, com fundamento no art. 34, XI, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 30 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator